



Turismo e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Salvador, Bahia: o Estado, a sociedade e a realidade ignorada

*Tourism and Sexual Exploitation of Children and Youth in Salvador, Bahia: State, society
and ignored reality*

*Turismo y Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes en Salvador, Bahía: el Estado,
la sociedad y la realidad ignorada*

Aniele da Silva Marques¹
José Antônio de Pinho²

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla sobre o turismo sexual e a exploração sexual infanto-juvenil em Salvador, BA, realizada entre 2007 e 2009, e atualizada em 2013, acerca do fenômeno na localidade investigada. O turismo sexual se enquadra como um fenômeno que demonstra complexidades, que vão desde a sua identificação, conceituação, delimitação e compreensão. Ainda que se perceba a timidez com que o assunto ainda é tratado no âmbito da sociedade, nota-se também o crescimento dos debates e a difusão das informações que permeiam o tema da exploração sexual comercial no turismo no Brasil. Para contextualizar a temática à realidade brasileira, optou-se por relacioná-la à história recente, através de um recorte, no âmbito do estado e da sociedade. Para tanto, considerou-se a percepção de pesquisadores e profissionais que se dedicam ao tema. A partir da pesquisa, foi possível concluir que, em relação ao estado, há expectativa de que existam ações mais efetivas para o enfrentamento do turismo e da exploração sexual de crianças e adolescentes, embora muitos entrevistados tenham evidenciado que o tema tem sido tratado com maior seriedade e envolvimento atualmente.

Palavras-chave: Turismo Sexual; Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Estado; Sociedade.

Abstract

This article is a result of a larger research project about sex tourism and sexual exploitation of children and youth in Salvador, Bahia, Brazil, conducted between 2007 and 2009, concluded in

¹ Mestre em Administração (UFBA). Brasil. E-mail: anielemarquez@gmail.com

² Professor Associado III da Universidade Federal da Bahia. Brasil. E-mail: jagp@ufba.br



2011, with updated data about the phenomenon at local. Sex tourism is a phenomenon that demonstrates complexities, ranging from the identification, conceptualization, delineation and understanding. Regardless of the societal taboo, there is a growth in discussion and dissemination of information that underlies the issue of sexual exploitation in tourism in Brazil. Nonetheless, official data on sex tourism is still disturbingly absent. In order to understand sexual exploitation in the Brazilian context, this article relates it to the recent history of Brazil, within the context of state and society. The research revealed that in relation to the state, there is expectation of increased effective action to confront the sexual exploitation of children and youth in tourism. However, many respondents have highlighted that the issue has been dealt with more seriousness and commitment today.

Key words: Sex Tourism; Sexual Exploitation of Children and Youth; State; Society.

Resumen

Este artículo es resultado de una investigación más amplia sobre el turismo sexual y la explotación sexual infanto-juvenil en Salvador, Bahía, realizada entre los años 2007 y 2009, actualizada en 2013, acerca del fenómeno en el lugar investigado. El turismo sexual se encuadra como un fenómeno que demuestra complejidades, que van desde su identificación, conceptualización, delimitación, hasta su comprensión. Aunque se perciba la timidez con la que el asunto es tratado en el ámbito de la sociedad, se nota también un crecimiento en los debates y la difusión de las informaciones que atraviesan el tema de la explotación sexual comercial en el turismo en Brasil. Para contextualizar la temática a la realidad brasilera, se optó por relacionarla a la historia reciente, a través de un recorte en el ámbito del Estado y de la sociedad. En este sentido, se consideró la percepción de investigadores y profesionales que se dedican al tema. A partir de la investigación, fue posible concluir que, en relación al Estado, hay expectativa de que existan acciones más efectivas para el enfrentamiento del turismo y de la explotación sexual de niños, niñas y adolescentes, aunque muchos entrevistados hayan evidenciado que el tema ha sido tratado con mayor seriedad y involucramiento actualmente.

Palabras clave: Turismo Sexual; Explotación Sexual de Niños, Niñas y Adolescentes; Estado; Sociedad.

1. Introdução

Nas últimas décadas o turismo tem sido foco de discussões que tangem não só a necessidade de sua sistematização e planejamento em locais que possuem nesta atividade uma fonte impulsionadora para o desenvolvimento econômico, social e cultural, mas também abrangendo outras áreas de conhecimento e criando novos tópicos de debates e análises das realidades



conectadas ao setor. Em meados de 1970, prevalecia o pensamento, sustentado por organizações internacionais de desenvolvimento, de que o turismo seria uma atividade destinada a impulsionar as economias do “Terceiro Mundo” (BARRETTO, 2003). Mas, a partir daí, em outras áreas, como a Antropologia, Sociologia, Geografia, dentre outras, foram desenvolvidos estudos sobre o turismo em conexões com temas que passaram a ser observados como impactantes ou impactados pela atividade, como alteridade, valorização da cultura local, meio ambiente, desigualdades sociais, exploração sexual etc. Para este artigo, interessa discutir o tópico referente à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (escca), sendo considerada como um dos impactos negativos estabelecidos e relacionados ao turismo.

A discussão dos dois fenômenos de forma concomitante – turismo e exploração sexual – ocorre a partir da verificação de que o turismo é uma atividade segmentada com base nas motivações de viagens, ou seja, pessoas viajam por motivações religiosa, esportiva, cultural, dentre outras, e, da mesma forma, a experiência sexual é um dos fatores que motivam muitos viajantes, o que remete à discussão do chamado “turismo sexual”. Não cabe a este trabalho discutir denominações existentes originadas da conexão entre turismo e sexo, pois trata-se aqui de um debate acerca de crianças e adolescentes. Assim, exploração sexual aparece como o termo mais adequado para se referir ao fenômeno em questão, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que considera criança a pessoa até doze anos de idade, e adolescente até os dezoito anos, sendo sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento e necessidades especiais de proteção, e com base também na classificação da Exploração Sexual enquanto subcategoria da Violência Sexual (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA, 2002).

Tanto o turismo quanto a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (escca) são tópicos que despertam o interesse e preocupação tanto do Estado, através de políticas públicas, como da sociedade civil, através de ações de organizações e associações. No caso do turismo, o foco destas ações é o seu desenvolvimento no País, e sobre a escca, políticas sociais de inclusão (que apontam direta ou indiretamente o problema) e principalmente programas de prevenção fazem parte da agenda de enfrentamento da questão. No que tange o desenvolvimento de programas governamentais direcionados a alterar a realidade da escca no turismo especificamente, destaca-se o programa de âmbito federal denominado “Turismo Sustentável e



Infância” criado em 2005, coordenado pelo Ministério do Turismo e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, sendo uma iniciativa baseada principalmente em campanhas e eventos de mobilização direcionados principalmente aos indivíduos ligados ao turismo em todo o País. Em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes, na Bahia há dois canais de denúncias: “Disque 100” (Nacional), instaurado em 2003 como uma ferramenta para que a população possa denunciar situações onde crianças são expostas à violência física, psicológica e sexual; e o Disque Denúncia da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), que além de receber as denúncias realizadas através do Disque 100 para cidades do estado da Bahia, mantém outro canal de denúncias, recebendo informações em geral, inclusive sobre esca.

Abaixo, são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, a contextualização do tema abordado a partir da aproximação de aspectos históricos recentes da trajetória brasileira, o envolvimento do estado e da sociedade, a partir da percepção de profissionais e estudiosos relacionados à temática da exploração sexual infanto-juvenil e do turismo sexual.

O fenômeno assume configurações distintas de acordo com a localidade examinada. A tentativa de uma cobertura plena deste resulta em tarefa dantesca. Assim, neste artigo, são concentrados esforços para o entendimento da questão na cidade de Salvador.

2. Metodologia de Pesquisa

A pesquisa teve natureza fundamentalmente qualitativa, caracterizando-se como estudo de caso exploratório, com métodos associados ao tratamento de dados qualitativos, como análise das entrevistas, que foram realizadas por meio de roteiros semi-estruturados. A coleta e a análise dos dados secundários deram-se a partir do levantamento de informações referentes às notificações e relatos de denúncias em instituições como: a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), onde se buscou os números representativos do turismo sexual com crianças e adolescentes registrados através do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – 100 (Disque 100); e a SSP-BA, donde foram selecionados e analisados todos os relatos das denúncias do Disque Denúncia Estadual e



do Disque 100 do ano de 2008, último período em que foram registradas denúncias de turismo sexual em Salvador, BA. Para melhor compreensão sobre as categorias e subcategorias da classificação de Violência contra Crianças e Adolescentes utilizada pelo Disque 100, é importante entender que a categoria que em que se enquadra a exploração sexual e o turismo sexual é a da Violência. Nesta classificação do Disque 100 da SEDH para enquadramento das denúncias de violência, o “Turismo sexual” é adotado como uma das formas de “Exploração sexual comercial”.

No decorrer dos anos houve um aumento considerável de acusações anônimas, base de funcionamento do serviço (por meio do Disque 100), de situações de violência sexual (em geral) ocorridas com a população infanto-juvenil. No entanto, no que tange os casos de turismo sexual, este número é insignificante (apenas 60 para o Brasil como um todo, conforme a tabela 1, abaixo), o que em Salvador, sendo uma capital litorânea nordestina e turística, é preocupante, já que, apesar das organizações que lidam com a questão afirmarem haver uma rede de exploração sexual no turismo muito fortalecida e articulada, e apesar da existência de campanhas de enfrentamento ao problema realizadas na localidade, quando são confrontadas as informações sobre a dimensão da realidade do mercado de sexo associado ao turismo com a participação infanto-juvenil, o número de denúncias é irrelevante. Esta situação nos coloca frente a um aparente paradoxo: considerando somente os dados oficiais, o problema praticamente não existe; por outro lado, pela mobilização do Estado (através de recorrentes campanhas públicas) e da sociedade civil, o problema não só existe, como é grave. A tabela abaixo mostra os dados referentes a todo o Brasil, no período de maio de 2003 (quando foi criado o serviço) a 08 de fevereiro de 2009.



Tabela 01: Dados do Disque 100 – Brasil (2003 a fev/2009)

Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – 100		
Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República		
Período de maio de 2003 a 8 de fevereiro de 2009		
Tipo de Violência Registrada nas Denúncias		
Informação de Paradeiro de Criança e/ou Adolescentes Desaparecidos	174	
Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros em Situação de Escravidão	95
	Exploração Sexual com Intermediários	8921
	Exploração Sexual sem Intermediários	7423
	Prostituição	467
	Turismo Sexual	60
Negligência	45332	
Pornografia	689	
Tráfico de Crianças e/ou Adolescentes	301	
Violência Física e/ou Psicológica	43150	
Abuso Sexual	22866	

Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

Como pode ser observado na tabela 1, o turismo sexual, aparece como o item que, em termos quantitativos, tem o menor índice de denúncias registradas, número irrelevante frente às discussões e o conhecimento que se tem sobre o problema. Dentro da tipologia apresentada, a “Exploração Sexual Comercial” de forma geral aparece como o quarto tipo de violência contra criança e adolescente com maior número de registros, com 16.966 notificações, mas, destas denúncias de “Exploração Sexual Comercial” registradas, somente 60 são classificadas como “Turismo Sexual”, o que representa aproximadamente 0,3% das denúncias de “Exploração Sexual Comercial” registradas. Outro fator a ser observado é sobre o “Tráfico de Crianças e/ou Adolescentes” - tema intimamente relacionado ao turismo sexual, e muitas vezes confundido com este último até mesmo por profissionais que lidam com temas de violência na infância - que também apresenta um número pequeno de denúncias, se forem comparadas as outras categorias.

Já na classificação das denúncias de exploração sexual comercial por estado, o Ceará foi o estado que apresentou o maior número de casos de turismo sexual (18 denúncias), aparecendo a Bahia como o terceiro estado que mais apresenta registros de denúncias de turismo sexual, juntamente com Pernambuco, com seis registros para cada estado. De qualquer forma, reitera-se que os



números são absolutamente irrelevantes frente ao que se conhece sobre a questão. De imediato pode-se antecipar ou especular duas possibilidades: a de que os dados não tenham sido coletados de maneira apropriada, ainda mais face a um problema de classificação e captação do dado conforme dito acima, ou a de que não existem denúncias referentes ao turismo sexual compatíveis com a dimensão do fenômeno, ou, mais provável, uma combinação das duas. Tomando o caso de Salvador como foco, temos as seguintes informações:

Tabela 02: Disque 100: Exploração sexual comercial em Salvador (2003 a fev/2009)

Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – 100										
Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República										
Tipo de Exploração Sexual Registrada nas Denúncias				Ano						
UF Vítima	Município	Registros de Violência nas Denúncias		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (08/fev)
BA	Salvador	Exploração Sexual Comercial	Exploração por Terceiros - em Situação de escravidão	0	0	0	0	2	1	0
			Exploração Sexual com Intermediários	2	1	15	76	109	75	3
			Exploração Sexual sem Intermediários	0	0	15	2	94	176	16
			Prostituição	0	0	12	0	0	0	0
			Turismo Sexual	0	0	1	0	2	1	0

Fonte: SEDH, 2009.

Os casos informados (na tabela 2, acima) são absurdamente em números reduzidos, e mais ainda, as situações citadas não se passam em regiões turísticas da cidade de Salvador, o que só gera mais desconfiança em relação à credibilidade dos dados tendo em mente que Salvador, como dito antes, é um dos maiores destinos turísticos do Brasil e, onde, ainda mais, tem o “produto” desejado pelos praticantes do turismo sexual.

Sobre a captação equivocada dos dados cabe observar que o fenômeno tem uma certa expressão quantitativa quando se olham os dados referentes à Exploração Sexual com e sem Intermediários, Pornografia, atingindo números da ordem de três dígitos. E considerando que estes seguramente têm uma interface com o Turismo Sexual podemos pensar que, talvez, esta categoria Turismo



Sexual esteja contida em outras manifestações. Assim, o fenômeno Turismo Sexual parece estar disfarçado em outras manifestações.

Dados referentes a 2010, no “Relatório do Disque 100”, indicaram um total de 4.390 denúncias de exploração sexual no Brasil, sendo a Região Nordeste a que apresentou o maior número de denúncias, com 1.806 delações. A Bahia foi o estado que registrou mais denúncias na Região Nordeste, sendo responsável por 543 delas. Em contato com o Disque Denúncia da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, obteve-se a informação de que desde que foram registradas as denúncias de turismo sexual supracitadas, em 2008, não houve mais denúncias para esta forma de exploração sexual na Bahia, o que só faz chamar mais a atenção para o fenômeno, como ele se desenvolve, mais do que para a credibilidade dos dados.

De modo a se obter mais segurança quanto à confiabilidade dos dados realizou-se, em 11 de julho de 2013, outra visita à Polícia Civil, Secretaria da Segurança Pública, levantando-se informações no Disque Denúncia até esta data. Novamente não se constatou novas denúncias referendando o que foi exposto acima: ou os dados estão agrupados em categorias muito amplas ou efetivamente não existem denúncias, o que já pode ser um indicador do quanto existe de nebuloso no fenômeno. Ainda cabe esclarecer que os dados do Disque Denúncia são agrupados em 19 Classes de Assuntos que se desdobram em 179 Tipos de Crime, o que mostra a diversidade de contravenções, sendo que existem muitas interfaces e superposições entre tipos de crime. Mas o que precisa ser dito com clareza é que não se encontra denúncias por escsa ligadas ao turismo sexual. Mas também deve ficar claro que a Classe “Crimes contra Criança e Adolescente” é a segunda como maior número de denúncias (10,24% de 01.01.2006 até 11.07.2013) em um conjunto encabeçado pela Classe “Substâncias Entorpecentes” (70,50% para o mesmo período) indicando, sem sombra de dúvida, a centralidade da questão que envolve crianças e adolescentes. Vale dizer que na Classe “Crimes contra Criança e Adolescente” não tem, como já afirmamos acima, nenhum Tipo ligado ao turismo sexual.

A respeito da fonte de dados primários, foi realizada a coleta de informações qualitativas, por meio de entrevistas com roteiros semi-estruturados com profissionais, pesquisadores e representantes de instituições que atuam na análise e enfrentamento da exploração sexual de



crianças e adolescentes (escca) no turismo de forma direta ou indireta, observando que em Salvador não existem organizações que cuidem especificamente do tema do envolvimento de crianças e adolescentes no fenômeno do turismo sexual, salientando a visão dos profissionais que colaboraram na pesquisa não necessariamente representam exatamente o posicionamento das organizações.

3. A Trajetória Histórica Brasileira: o turismo sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes em um contexto mais estrutural

Os fenômenos sociais não ocorrem em um vazio, mas estão inseridos em um processo histórico. Como a questão examinada ocorre no contexto do turismo sexual, optou-se por reduzir a abordagem teórica ao período mais recente da trajetória da realidade brasileira, que é quando o turismo assume relevância. No entanto, o entendimento da exploração sexual no turismo empurra para a busca de elementos mais estruturais do nosso processo histórico. Busca-se assim, traços mais característicos da realidade brasileira que ajudem a situar e a compreender a temática da exploração sexual infanto-juvenil no turismo, colhendo-os tanto no âmbito do Estado como da sociedade civil brasileira.

Para a compreensão da trajetória da sociedade brasileira, Sorj dá ênfase ao patrimonialismo, a situação onde não se consegue distinguir, separar o que é público e o que é privado, apontando como particularidades do “moderno patrimonialismo brasileiro” a “sua associação com uma extrema desigualdade social, a impunidade de suas elites e o abandono dos setores mais pobres da população (SORJ, 2001, p. 13) associado a um sistema repressivo e jurídico que se transformou em grande parte “num instrumento de violência contra os grupos mais pobres e de impunidade dos mais ricos” (SORJ, 2001, p. 15). A especificidade brasileira é marcada pela presença de uma baixa cultura cívica ao lado do peso da escravidão identificando-se uma “permanência de enormes lacunas” no que se refere aos serviços de infraestrutura básica bem como “a violência e desproteção nos bairros mais pobres e desnível educacional” em um mundo onde o papel da instrução “afeta todas as possibilidades de orientação e a qualidade de vida” (p. 21). Generalizando, “o sistema de cidadania, entendida como um conjunto de direitos



compartilhados em pé de igualdade pelos membros de uma comunidade nacional” é visto, no caso do Brasil, como “uma realidade particularmente frágil e parcial”(p. 25). Evidentemente, essas características mostram total aderência ao tema aqui tratado, ao que se soma “uma baixa estima pelo Estado” onde se desenvolve “uma cultura de falta de respeito e burla generalizada da lei” (p. 30), sendo que “o costume é não levar as leis a sério” (p. 30). Outro traço dessa matriz patrimonialista se encontra no fato da pouca propensão “à confrontação ou à crítica aberta, já que a pessoa nunca sabe quando poderá “precisar” da outra num sistema cuja base de funcionamento é o favor e a boa vontade” (p. 31). A isso ainda se soma uma especificidade da cultura brasileira que combina “uma dinâmica de tolerância, sincretismo e absorção da diferença, sem eliminar o preconceito na prática” (p. 32).

Essas reflexões auxiliam no sentido de perceber uma marginalização das classes populares, agravada pelas questões raciais, onde as massas são praticamente ignoradas pelo Estado sendo os setores mais pobres, e em geral populações negras, abandonadas pelo Estado, grupos esses que vão alimentar o turismo sexual. Por outro lado, percebe-se também como fator dominante a impunidade das elites, o não cumprimento da lei, que vai, por sua vez, alimentar e blindar os transgressores envolvidos com as práticas do turismo sexual.

Ainda, sobre a conexão entre turismo e etnia, Erica Williams (2009), em sua tese “*Anxious pleasures: Race and sexual economies of transnational tourism in Salvador, Brazil*”, observa a existência da associação “instantânea” entre a imagem da mulher negra baiana (e brasileira) à prostituição, em um estereótipo que permeia o imaginário de turistas “*Interviews with Afro-Brazilian women illustrates how stereotypes of black/mulata hypersexuality force them to contend with “foreign” assumptions that they are always already sexually available*” (p. 39). Assim, a autora relata que turistas (especialmente estrangeiros) “assumem” que mulheres negras e mestiças (em geral) estejam sexualmente disponíveis, e elas acabam por serem vistas como potencialmente prostitutas, em um cenário de turismo sexual emaranhado por preconceitos de raça e gênero, e de desigualdades socioeconômicas.

No processo de redemocratização dos países latino-americanos nos anos 1980, identifica-se que no Brasil, bem nos países da região, os Estados são “ostensivamente incapazes de promulgar



regulações efetivas da vida social em seus territórios e sistemas de estratificação” (O’DONNELL, 1993, p. 129). Na construção dessas democracias emergentes, “a efetividade de uma ordem nacional corporificada na lei e na autoridade do estado desaparece tão logo deixamos os centros urbanos nacionais” (p. 129), bem como “é visível a evaporação funcional e territorial da dimensão pública do estado” (p. 129), manifestas nas, entre outros, “intervenções ilegais da polícia nos bairros pobres”, bem como “a negação de direitos a mulheres e a várias minorias” e ainda “a impunidade do comércio de drogas e o grande número de crianças abandonadas nas ruas” expressando “a crescente incapacidade do estado para tornar efetivas suas próprias regulações” (p. 129). Vale observar que passados vinte anos desta reflexão, essa situação se agravou demasiadamente.

Entende-se, neste artigo, que pode ser inserida nas manifestações dessa evaporação do estado a questão da exploração de crianças e adolescentes no âmbito do turismo sexual que ocorre em áreas visíveis dos grandes centros urbanos, ainda mais aqueles onde o turismo pontifica como uma atividade importante. Ainda que haja regulação, leis e instituições, todo este aparato se mostra incapaz, ineficiente e sem efetividade em enfrentar os problemas desta área. Essa evaporação da dimensão pública do estado encontra-se em “partes do Nordeste e toda a Amazônia” (p. 130), as regiões mais pobres do País, o que contempla nosso objeto de estudo, Salvador. Assim, um estado incapaz de impor a sua legalidade leva a uma democracia com “cidadania de ‘baixa intensidade’ (p.130), que se expressa no fato de “os camponeses, os favelados, os índios, as mulheres etc., não conseguem normalmente receber tratamento justo nos tribunais, ou obter dos órgãos do estado serviços aos quais tem direito, ou estar a salvo da violência policial – e mais um extenso etc.” (p. 134). Pode-se incluir neste extenso “etc.” também as crianças e adolescentes envolvidas na exploração ligada ao turismo sexual, pertencentes ao conjunto das vítimas dessa cidadania de baixa intensidade formado pelos “mais fracos e os mais pobres” (p. 134). Em outras palavras, nessas áreas não existe Estado ou este é incapaz de dar conta de suas atribuições no que se refere às demandas e aos direitos desses grupos ou, pior ainda, o estado também é um agente de perversidade contra as vítimas, como poderá ser verificado abaixo.



A poliarquia brasileira na fase de redemocratização nos anos 1990 é percebida como restrita à “pequena mancha institucional circunscrita por gigantesca cultura da dissimulação, da violência difusa e do enclausuramento individual e familiar” (SANTOS, 1993, p. 80). Nesta fase, o País cumpriu vários requisitos poliárquicos, tais como realização de eleições livres, partidos competitivos, posse dos candidatos, mas mesmo assim o País não tem conseguido superar e consolidar uma sociedade mais justa, explicado pela presença de um “hobbesianismo social poliforme” (p. 89). Este fenômeno se expressa por uma “considerável magnitude da recusa às instituições política, partidárias e associativas” (p. 94). A negação do conflito é uma marca de uma sociedade constituída pela presença de uma enorme massa urbanizada “sujeita a carências de todo tipo, atomizada” indiferente às instituições poliárquicas (sindicatos, partidos políticos, associações), massa essa “vítima de múltiplos exemplos de violência pública e privada” (p. 98). Este comportamento expressa um “absoluto descrédito na *eficácia* do Estado” onde a negação do conflito torna-se “a mais eficiente estratégia de preservação, por sua conta e por seus próprios meios, de um mínimo de dignidade pessoal” (p. 98). Em outras palavras, não se acredita no Estado, então, evita-se no possível recorrer a ele.

No período 1983-88, das pessoas que admitiram envolvimento em conflitos, apenas 33% “confiaram a solução do último conflito à justiça” (p. 100). Com o agravamento da questão de segurança nas duas últimas décadas é de se presumir que esta situação tenha se agravado mantendo a constatação de que as funções básicas requeridas para “uma poliarquia eficaz, a saber, provisão de segurança, proteção, previsibilidade e administração da justiça, não chegam a alcançar extensão considerável do universo social brasileiro” (p. 100). As explicações para a não recorrência à justiça apontam para, entre outras, a descrença na efetividade da justiça e da polícia para resolver os conflitos existentes. Assim, o Estado brasileiro ainda que baseado em “grande quantidade de regulamentos, normas, comandos e diretivas”, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) por exemplo, verifica-se que um “enorme contingente populacional sequer se preocupa em tomar conhecimento, e ainda menos usar ou usufruir” (p. 104) de todo este aparato, caindo-se no hobbesianismo social.

Esta descrença na efetividade da justiça também ocorre no âmbito da confiança dos indivíduos nas instituições brasileiras de proteção do cidadão em geral, e mais especificamente, na rede de



proteção de crianças e adolescentes. A esse respeito, a entrevistada Leite (2007)³, informa que acompanhou uma experiência na organização em que trabalha, “de uma estudante suíça que veio para cá estudar, e foi maltratada pelo namorado.” A entrevistada informa que a estudante “imediatamente acionou o Centro de Referência, Casa para Mulheres em situação de violência, se refugiou neste lugar”, e em um argumento de comparação, continuou: “coisa que uma jovem de classe média brasileira nunca faria, por falta de confiança nas instituições, falta de políticas públicas efetivas e a falta de percepção da cidadania da mulher.”

Ainda sobre a confiança nas instituições, se referindo às denúncias de exploração sexual contra crianças e adolescentes, Gadelha (2009)⁴ expõe que é desalentador “perceber que as denúncias estão aumentando de forma geométrica” e ainda assim “as ações diretas de atendimento as vítimas nem sempre acompanham esse mesmo ritmo, o que resulta, quase sempre, em uma crença generalizada de que “de nada adianta denunciar.”

4. Uma Aproximação Maior ao Fenômeno

Vale a pena inserir agora dois estudos que, se não tocam diretamente no tema, certamente aproximam-se dele podendo-se recolher material para nossa reflexão sobre o fenômeno do turismo sexual. Pesquisa realizada na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, em 1983 (MEDEIROS, 1986), com crianças e adolescentes revelava que essas crianças e suas famílias passavam necessidades severas de várias ordens (fome, condições de emprego instáveis e de baixa remuneração, condições habitacionais precárias, etc.). O roteiro trágico é bem conhecido: famílias desestruturadas onde o pai abandonou o lar para sempre, onde a mãe já arranhou um novo companheiro que entra em conflito com as crianças originais, famílias onde a mãe vira a provedora principal com a contribuição dos filhos, ambientes marcados por muita violência física, principalmente, abandono da escola por inadequação e/ou necessidade de ajudar no orçamento doméstico, etc. As crianças são forçadas a completar o orçamento doméstico, mas observa-se uma distinção: “o trabalho das meninas concentra-se dentro da casa” (p. 58) ajudando

³ LEITE, J. Entrevista. Centro Humanitário de Apoio à Mulher. Salvador, 2007.

⁴ GADELHA, G. Entrevista. Partners of Americas. Salvador, 2009.



nas tarefas domésticas, tomando conta e alimentando irmãos mais novos, enquanto “compete aos meninos as tarefas mais árduas” (p. 58), na rua. No que diz respeito ao nosso tema, nessa pesquisa, o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes é praticamente imperceptível. Assim, a autora constata que “meninas são mais difíceis de serem encontradas pela praça” sendo localizadas apenas duas, de 9 e 14 anos que, “segundo os meninos, ficam “tarando” os homens dali” (p. 63) levando a considerar que “o envolvimento delas é maior com furtos e prostituição do que com o trabalho” (p. 63). Porém, no caso de famílias com grande número de meninas (onde conseqüentemente não tem tantos meninos assim) ou em situações críticas de sobrevivência, “elas são liberadas para as atividades de rua”. Entretanto, ressalva a autora, “as famílias pressionam a menina para permanecer em casa, tanto devido à necessidade do seu trabalho, quanto à preocupação com a facilidade com que as meninas são captadas pelas redes de exploração da prostituição” (p.63). Esta é a única referencia que se encontra referente à questão da exploração sexual, aqui diretamente chamada de prostituição. Desse caso podem-se tirar as seguintes reflexões. Em primeiro lugar, detecta-se ainda uma resistência das famílias, presumivelmente das mães (as mais presentes e/ou provedoras), em liberar as filhas para o trabalho na rua, devido à ameaça da prostituição. Em segundo lugar, é oportuno observar o termo “facilidade” usado por Medeiros. Dadas as condições de precariedade existente, seria muito fácil capturar essas meninas para a prostituição. Por último, salta aos olhos que estando a favela da Rocinha situada na Zona Sul do Rio de Janeiro, e junto à área de circulação de turistas estrangeiros não tenha havido uma maior exposição de meninas à atividade de prostituição. Cabe ponderar que a experiência relatada talvez mostre o quanto a situação degradou nas últimas décadas, tendo esta pesquisa trinta anos de realizada. Enquanto naquele período parecia haver uma preocupação de que as meninas pudessem ser exploradas sexualmente, nos dias de hoje, em muitos casos, as meninas acabam estimuladas à prostituição como forma de trazer dinheiro para casa. Há que se considerar o relato de Dantas (2009)⁵, representante do Disque Denúncia da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, para a compreensão da entrada de crianças e adolescentes no universo da exploração sexual: “Nós recebemos várias denúncias aqui de mães que usam as filhas em prostituição infantil [...] como uma prática corriqueira.” E a entrevistada

⁵ DANTAS, D. Secretaria de Segurança Pública. Disque Denúncia. Entrevista. Salvador, 2009.



destaca a necessidade de intervenção “Porque não basta [...] denunciar à polícia, a polícia vai chegar lá e comprovar, vai prender a mãe, (mas) e a criança? Vai continuar, ela já está no caminho, vai sobreviver como? Vendendo o corpo.” Em sua experiência no recebimento das denúncias, a entrevistada deixa claro que estas situações são comuns, e que muitas vezes, as meninas são expulsas de casa por terem sido abusadas sexualmente por seus padrastos e “quando a mãe descobre que o marido está abusando da filha dela, ela culpa a filha, e manda a filha embora.” Segundo a entrevistada, essas mães sentem-se ameaçadas pelas filhas, e muitas vezes dependem dos padrastos para o sustento da casa.

Em outro estudo também referido ao Rio de Janeiro, contempla uma experiência mais recente do final da década de 90, o Programa Viva Rio, desenvolvido no sentido de enfrentar a violência e prover novas formas de aprendizado e emprego para jovens (SORJ, 2001). Se o trabalho de Medeiros se refere ao início dos anos 80, um tempo talvez *romântico* frente ao que a realidade se transformou, Sorj já posiciona as coisas de outro modo reflexo das mudanças ocorridas. A pesquisa identifica que “o principal indicador das dificuldades de integração encontra-se no quesito educação” (p. 96) dado que “25% dos jovens entre 15 e 25 anos não completaram o ensino fundamental, o que limita seu ingresso no mercado de trabalho e facilita sua cooptação pelo tráfico de drogas” (p. 96). A partir dos anos 80, “o tráfico de drogas cresce e se transforma na principal instituição com poder na favela, diante da qual muitas das lideranças comunitárias se atrofiaram...” (SORJ, 2003, p. 96). Neste trabalho, as referências ao foco deste artigo também são esporádicas e apenas implícitas. É percebida a formação de duas identidades nas favelas, “já cristalizada há muito tempo: “trabalhadores” e “bandidos”” (p. 99). Estes últimos respondem pela “ordem, que inclui desde ajuda eventual a algum morador necessitado de dinheiro, mediação de conflitos e punição de ladrões (geralmente com um tiro na mão ou no pé) e de estupradores de criança (geralmente com a pena de morte, eventualmente acompanhada de tortura)” (p. 99). Como se pode observar, a pena aplicada pela “justiça local” é dura e contundente. A exploração sexual de crianças e adolescentes, no entanto, não é mencionada no conjunto de ações dos bandidos, podendo a explicação residir no fato dela acontecer fora dos domínios da favela e, portanto, fora da jurisdição de controle e dominação dos bandidos do tráfico.



O que podemos perceber de comum nesses dois casos apresentados, um mais distante no tempo, outro um pouco mais recente, é que o turismo sexual não aparece em nenhum dos casos. Conforme relato atual de Medeiros (2013)⁶, na Rocinha de meados dos anos 80, isso poderia ser explicado pelo fato das crianças serem muito jovens, na faixa dos 10 anos (idade em que hoje em dia muitas crianças já se encontram inseridas na escca). No segundo caso, que cobre favelas do Rio nos anos finais do século XX e primeiros do presente, o fenômeno do turismo sexual também não aparece, saltando aos olhos a problemática das drogas. Uma explicação para o fato seria que o foco do trabalho não era esse e, então, não houve um olhar para este aspecto, o que também indicaria que o fenômeno é invisível, disfarçado.

Embora as realidades postas estejam inseridas em outros contextos, outras Regiões do País, similaridades podem ser encontradas. Em entrevista realizada em Salvador, Koshima (2007)⁷, psicóloga do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-BA) alerta: “uma articulação familiar violenta também empurra essa criança, adolescente ou fragiliza, ou mesmo vulnerabiliza pra uma situação de exploração sexual.” A entrevistada se refere principalmente às situações de abuso sexual vivenciadas na infância e adolescência. Ao mesmo tempo em que ambos os relatos confirmam a situação de desestruturação familiar, pode-se inferir que o sonho dessas crianças e adolescentes sair de casa e buscar uma vida menos violenta e conflitante fora de casa (e acabam o fazendo), rompe também o pensamento primariamente incontestável de que a criança e o adolescente são absolutamente vítimas incapazes diante de ações de adultos. É incontestável a perversidade da violência e da exploração sexual infanto-juvenil. Mas estas crianças e adolescentes empurrados para a rua acabam criando sistemas próprios de sobrevivência, demonstrando resiliência e muitos passam por algum projeto social de apoio durante algum tempo, e por ações governamentais menos efetivas ou por outras razões, muitas acabam não tendo suas vidas modificadas. O Instituto Winrock⁸ realizou uma pesquisa⁹ em Salvador em 2008, onde aproximadamente 72% dos entrevistados já participaram de algum

⁶ MEDEIROS, L. Entrevista. Salvador, 2013.

⁷ KOSHIMA, K. Entrevista. CEDECA-BA. Salvador, 2007.

⁸ Organização não governamental estadunidense.

⁹ “Tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no estado da Bahia”. Foram entrevistados 13 adolescentes com idade entre 12 e 18 anos, que residem em Salvador e participam do universo da exploração sexual, e que em algum momento de suas trajetórias foram vítimas de tráfico para fins sexuais.



projeto social (não tendo sido detalhada a natureza destes projetos), sendo possível inferir que as organizações conseguem ter uma aproximação com essas crianças e adolescentes, e além disso, existe uma dificuldade em retirá-las do universo da exploração sexual, já que a maioria participa de projetos sociais em algum momento de sua trajetória, mas depois retomam suas vidas anteriores.

5. Turismo, Turismo Sexual e o Papel da Sociedade Civil na Interpretação e Enfrentamento do Problema

Somente a partir da década de 1960, os estudos sobre o fenômeno turístico foram ampliados no Brasil. Sobre isso, Banducci Júnior e Barreto (2001, p. 24) lembram que “apesar de sua magnitude e importância no mercado mundial, apenas recentemente o turismo tornou-se tema das ciências sociais”. Neste momento, a atividade passou a ser foco de expectativa, pela sua possibilidade de atuação como um “agente do entendimento internacional” (BANDUCCI JÚNIOR; BARRETO, 2001, p. 24), além de uma possível alternativa econômica, com capacidade de “promover a superação da condição de pobreza e de dependência de países subdesenvolvidos diante das economias centrais.” (p. 24). Nesse sentido, havia a expectativa de que países do chamado “Terceiro Mundo” pudessem substituir, em certa medida, a base de suas atividades econômicas – em geral ancoradas no setor primário – através do setor de serviços, especialmente o turismo. Relevante observar que neste período, além do turismo ter sido considerado uma alternativa de desenvolvimento, não foram preconizados os efeitos socioculturais negativos da atividade.

Neste artigo, o turismo sexual é considerado como um dos efeitos negativos da atividade turística, uma das consequências do próprio desenvolvimento do turismo, a partir do sistema no qual ele se configura nos mais diversos locais: desordenado, insustentável, efêmero e certamente contextualizado com a lógica de mercantilização de ideias, lugares, pessoas. Em Salvador, especificamente, pouco se conhece sobre o turismo de sexo e suas implicações reais, sejam quantitativas ou qualitativas. Em pesquisa realizada anteriormente, (Pinho *et al*, 2008) elementos como a pobreza, violência, fragilidade estrutural das famílias, de sexualidade e etnicidade, além



da busca pelo consumo cada vez maior e contínuo – característica presente na sociedade de hoje -, e as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista atual são alguns dos possíveis e principais motivos para a existência e notável crescimento do turismo sexual e do envolvimento de crianças e adolescentes nas redes que o fomentam. Mas fatores como a insuficiência das estratégias desempenhadas pelas políticas e organizações que se enquadram na chamada “rede de proteção e enfrentamento” demonstram que há interpretações e fundamentos ainda por serem desvendados.

Entre as principais organizações que tratam do tema em Salvador, destaca-se o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA - BA), que é uma ONG que atende crianças e adolescentes vítimas de situações de violência, incluindo a atenção jurídica, psicológica e social. O Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME), por sua vez, direciona seus trabalhos de prevenção ao turismo sexual e ao tráfico de seres humanos a mulheres e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou que buscam a emigração internacional, alertando sobre os riscos relacionados. E ainda o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS/Sentinela), o primeiro programa do governo federal criado para o atendimento psicossocial de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, incluindo a exploração sexual comercial.

A participação de crianças e adolescentes no turismo sexual não ocorre como um fato isolado, independente, e sim imbricado a outros contextos. E sobre isso, Erica Williams (2009) aponta que nas ações realizadas por meio de campanhas brasileiras de enfrentamento ao turismo sexual com foco na exploração de crianças e adolescentes tem sido negligenciado um ponto crucial: *“children and adolescents are at risk to being victims of sexual exploitation at the hands of members of their own families or local communities rather than foreign tourists.”* (p. 205) A afirmação destaca o fato de que a exploração sexual não se inicia diretamente no âmbito do turismo, e sim no ambiente comunitário ou até mesmo doméstico. Os direitos de proteção às crianças e aos adolescentes são, em geral, desrespeitados antes do contato com turistas, sejam nacionais ou estrangeiros. A violência sexual à qual crianças e adolescentes são expostos antecede a exploração ocorrida no turismo (o que não justifica nem alivia a culpa de indivíduos do setor turístico na fomentação das redes ligadas ao turismo sexual com crianças e



adolescentes). Este discurso foi recorrente nas entrevistas realizadas, de que a criança/adolescente que acaba por ser explorado(a) sexualmente por turistas, em geral, tem um histórico de violência sexual doméstica, abusos, negligência, desestrutura familiar citados anteriormente. Segundo Williams (2009), este argumento deveria ser relevante na consolidação das campanhas acerca da exploração sexual infanto-juvenil no turismo.

Na percepção dos entrevistados sobre o envolvimento e a mobilização das instituições que lidam com o tema, um dos elementos que estes consideraram com frequência está na disposição de instituições públicas para lidar com o problema, mas revelando falhas de diferentes ordens, como o despreparo de policiais e a falta de priorização em fazer valer os direitos da criança e do adolescente estabelecidos no país. Assim, para Arruda (2009)¹⁰ “a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes está relacionada à negação de direitos que o próprio estado (deveria) proporcionar a essa população, proporcionar à sociedade”, indicando que a exploração sexual comercial é vista como reflexo da inércia governamental no que tange os direitos básicos e de cidadania. Além disso, a citada “negação de direitos” reforça a ideia de que a esca não é um problema, mas sim uma consequência, um sintoma relacionado às questões estruturais básicas que determinam o desenvolvimento de uma sociedade. Enquanto o País revela-se atualmente como uma das nações emergentes de maior expressão econômica mundial, os dramas sociais continuam coexistindo com bastante vigor. De acordo com a classificação do IDH em 2011, o Brasil aparece na 84ª posição, superado mesmo por outros países da América do Sul, como Peru, Uruguai, Chile, Argentina.

Na década de 1970, de acordo com Bem (2006) houve grande investimento público no setor de turismo (com destaque para o setor hoteleiro) que algumas capitais nordestinas, como Salvador, Natal, Recife e Fortaleza, começaram a se configurar como “espaços de prazer e do consumo” (p.26), imagem que ainda resiste, sustentada também pelo clima e pela localização litorânea, que contribuem para a caracterização destas cidades como lugares próprios ao turismo de lazer. Além disso, a história do turismo no Brasil revela a responsabilidade do Estado acerca da construção da imagem do Brasil no turismo, especialmente no âmbito internacional: com a criação do Embratur

¹⁰ ARRUDA, J. Entrevista. CEDECA-BA. Salvador, 2009.



(Instituto Brasileiro de Turismo) em 1966, tinha-se o objetivo fundamental de fazer com que fosse esquecida a imagem do Brasil no exterior que se contrapunha à ditadura militar, apresentada pelos exilados e pela imprensa internacional, como “perseguição política e ideológica à população, desrespeito aos direitos humanos”. Neste sentido, o autor critica a política do EMBRATUR sendo que “Todo esforço foi canalizado com a ideia de transferir parte dos fluxos do turismo internacional para o “Brasil potência”, apostando numa publicidade de exploração da sensualidade erótica da mulher brasileira como mercadoria à disposição do turista.”

Sobre a exploração da imagem sensual da mulher brasileira, o Embratur modificou, nas últimas décadas a sua abordagem dos atributos turísticos do Brasil, tentando recriar no exterior a imagem do turismo brasileiro, mais centrado na cultura, ambiente, folclore, nas diferenças entre as regiões, na medida em que se começou a discutir o turismo sexual e a exploração sexual infanto-juvenil. Mas ainda assim, a não aceitação do termo “turismo sexual”, denota ainda obstáculos na própria aceitação da responsabilidade das instituições relacionadas ao desenvolvimento do turismo em relação à ocorrência do turismo sexual no país, e o discurso mais utilizado pelos representantes dessas instituições é a de que a exploração sexual ocorre independentemente do turismo. O posicionamento da rede do turismo (considerando organizações públicas e privadas) no que tange sua relação com o mercado sexual é algo extremamente relevante para o melhor entendimento do fenômeno aqui tratado, pois mesmo quando considerado como parte do universo da exploração sexual, o turismo carrega em si o uso das redes a esta atividade relacionadas, enquanto a esca interpretada de forma mais geral não se mostra vinculada a nenhum setor especificamente, ocorrendo em diferentes contextos. Em uma pesquisa realizada por Fontes (2012) pelo Serviço Social da Indústria (SESI), foi estabelecida a relação entre o fluxo de entrada de turistas estrangeiros na Bahia e em São Paulo e o número de denúncias de exploração sexual para o mesmo período (2008/2012). O estudo mostra que, “há uma associação entre fluxo de turistas estrangeiros e variação no número de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes nos dois Estados”¹¹, sendo que “o nível de associação é mais significativo

¹¹ Pesquisa realizada pelo SESI (Serviço Social da Indústria), intitulada Turismo e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: um Estudo dos seus Fatores Determinantes



na Bahia onde o coeficiente de associação encontrado sugere uma variação de uma denúncia de exploração sexual na Bahia para cada variação de 371 turistas estrangeiros no estado.” Para o estado de São Paulo, “essa mesma associação é encontrada para cada variação de 2.567 turistas estrangeiros”.

A invisibilidade do fenômeno é fato destacado por Dantas (2009)¹² de forma bastante oportuna, e que acaba revelando uma inércia ou omissão do governo. A entrevistada lembra que no início dos trabalhos do Disque Denúncia da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, quando era veiculada pela imprensa alguma notícia relacionada ao turismo sexual no estado, “tinham policiais que diziam assim: “Isso não existe, isso é balela, não existe isso! Então, você convencer a própria autoridade de que isso é uma verdade, e de como ela se dá [...] não é fácil!”

No que tange a relação entre o turismo e a exploração, Espinheira (1998) alerta para o fato de que na sociedade contemporânea, a exploração sexual tornou-se um “componente do turismo” (p. 9), na medida em que envolve crianças e adolescentes, que desde muito cedo são inseridas em um contexto de sexualização ou mesmo de iniciação sexual que se dá por meio do abuso contra elas acometido. Apesar da interferência de outrem na formação da sexualidade destes indivíduos, seja por meio da sexualização precoce que ocorre no contexto da sociedade do imediatismo, do consumo desenfreado e do hedonismo, seja por ocorrência da violência sexual sofrida na infância ou adolescência, é preciso lembrar-se da necessidade de prevenção desta realidade (o turismo de sexo). E sobre o envolvimento de diversos indivíduos da rede de turismo nas redes de exploração sexual, Espinheira (2008)¹³ lembra que a figura anteriormente identificada como proxeneta fora substituída pelo papel de intermediário com outros agentes, como “taxistas, garçons, porteiros de hotéis, proprietários de restaurantes, bares e boates, guias e agentes de turismo” e ainda segundo Espinheira (1998, p. 6) por “toda uma ampla rede do que se denomina de “corpo receptivo” de turismo na localidade. Esta nova configuração do intermediário, agora incorporado na figura de diversos atores que participam da cadeia do turismo, revela a aproximação da atividade turística com o universo da prostituição, e da exploração sexual. O autor também aponta para outros indícios do imbricado de relações presentes no turismo e na prostituição atualmente (p. 8):

¹² DANTAS, D. Secretaria de Segurança Pública. Disque Denúncia. Entrevista. Salvador, 2009.

¹³ ESPINHEIRA, G. Entrevista. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.



“Navios ancorados ao largo na Baía de Todos os Santos são abastecidos de mulheres, assim como de outros produtos e dentre eles drogas, por agentes que articulam e transportam as mulheres de terra aos navios e vêm buscá-las no horário combinado, fazendo o seu negócio com as prostitutas.” E autor complementa: “O mesmo acontece em terra, com viajantes/turistas que buscam companhia, e toda essa rede de comunicação pode ter início no táxi que pegam no aeroporto, ou mesmo na rodoviária.”(p.8)

São diversas as formas em que turistas e indivíduos da população autóctone têm o contato facilitado, por inúmeros agentes, em diferentes locais, em relações que parecem satisfazer os anseios de ambas as partes, havendo muitos jovens, “de ambos os sexos, que têm expectativa de poder gozar os prazeres das festas, dos shows de música, da comida dos bons restaurantes, da cerveja e de outras bebidas, da sensação das drogas, nos *points* da cidade, o contato com pessoas de fora, preferencialmente estrangeiros,” mas também “executivos, representantes comerciais e outros tipos de viajantes que se dispõem ao relacionamento remunerado, que é facilmente realizado e tornou-se um bom negócio para esse grande número de agentes intermediários.” (p.8)

A perspectiva contemporânea para estes relacionamentos, onde os jovens citados pelo autor valorizam o consumo de diversão, bebidas etc., contribuem para a banalização não só da sexualidade, mas também da atividade de intermediação entre turistas e autóctones, onde o consumo de sexo se mistura ao consumo de drogas, bebidas, e o turismo sexual passa a ser também um componente de consumo, propiciado através do contato entre indivíduos locais, agentes intermediários e visitantes.

O comportamento de policiais no âmbito da exploração também é um aspecto central na efetividade da ação governamental. Koshima (2007)¹⁴ denuncia que “se você considerar a exploração (sexual) como um mercado de sexo[...], você tem toda uma polícia corrupta e conivente com isso que leva ao fator de impunidade uma certeza de que a todas as pessoas envolvidas nada irá acontecer.” Esta realidade pode ser conectada ao pouco conhecimento sobre a proporção atingida pelo turismo sexual, e simultaneamente, leva ao questionamento de que, se não há um retrato do cenário, e se há muitas instituições envolvidas de forma direta ou indireta

¹⁴ KOSHIMA, K. Entrevista. CEDECA-BA. Salvador, 2007.



com o fenômeno (estado, organizações públicas e privadas, a rede de turismo), torna-se necessário assumir a ideia de que a rede do turismo sexual, formada por diversos indivíduos facilitadores dos contatos sexuais, talvez seja mais ampla, incluindo também aqueles que, em tese, fazem parte da rede de proteção das crianças e adolescentes, como os policiais, citados pela entrevistada. É importante ressaltar que esta consideração não inclui todos os policiais ou todos os que fazem parte da rede de proteção, mas alguns que atuam “duplamente”. Neste sentido, assim como a rede de prevenção não tem condições de abalizar a sua efetividade, a impunidade é um fator preponderante para a continuidade da existência da exploração e do turismo sexual, em um posicionamento estatal que abrange desde as instâncias mais estratégicas de atuação até o âmbito operacional da dinâmica do fenômeno. Não é possível tornar visível um fenômeno que é camuflado até mesmo por aqueles que deveriam ser os agentes de denúncia e de punição.

A mobilização da chamada rede de proteção contra a violência é um indicativo de que as instituições – sejam públicas ou privadas – trabalham no sentido de tentar sanar algumas lacunas que impedem a evolução do quadro de redução do contexto da exploração sexual. A mobilização contra o fenômeno, que vem tanto de ONGs relacionadas ao objeto como de setores do Estado, esbarra, no entanto, em fatores sistêmicos e estruturais de difícil superação no curto prazo. Assim, “para que o poder público combata seriamente a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes” na visão de Oliveira (2007)¹⁵, “o estado precisa combater a violência estrutural e sistêmica – que o próprio Estado promove –, implementar o Estatuto da Criança e do Adolescente e combater as relações desiguais de gênero, construídas historicamente.” Mais uma vez verifica-se que a solução do problema extrapola o próprio remetendo a soluções estruturais que até agora não foram cumpridas historicamente.

Para Vaz (2009)¹⁶, “o discurso político do Governo é de enfrentar o problema e, até creio, nos políticos bem intencionados. Contudo a burocracia estatal faz com que tudo emperre na efetivação de políticas públicas.” Em sua opinião, “a única política pública que vem causando impacto é o Bolsa Família.” Na visão de Vaz (2009), como pode ser observado, a questão se revela mais estrutural do que isolada, uma vez que o Bolsa Família é um programa de

¹⁵ OLIVEIRA, W. Entrevista. CEDECA-BA. Salvador, 2007.

¹⁶ VAZ, M. WCF- Brasil. Entrevista. Salvador, 2009.



transferência de renda que beneficia famílias em situação de extrema pobreza, não sendo portanto um programa direcionado às crianças e adolescentes que tenham sofrido violência sexual especificamente. Para a maioria dos entrevistados, a violência sexual infanto-juvenil e temas correlacionados vêm sendo tratados no Brasil por meio de campanhas, como o Turismo Sustentável e Infância, a criação de sistemas de denúncias, como o Disque 100 etc., mas definitivamente as ações são insuficientes tanto para o dimensionamento deste universo como para o tratamento de questões a ele inerentes.

A percepção de que o assunto não é tema prioritário nas ações do poder público, é complementada por Koshima (2007)¹⁷: “eu não vejo acontecer, o que eu vejo é a secretaria de direitos humanos trabalhando sozinha, tentando articular todo um problema que não é um problema só dos direitos humanos” e completa, “da saúde, da educação, do esporte, da segurança e ela só com todo o grupo formado, mas que efetivamente não funciona”. A visão de Koshima (2007) indica a necessidade de que o problema seja tratado de forma mais ampliada, já que se refere a áreas distintas. O pensamento de Gadelha (2009)¹⁸ complementa a visão supracitada. De acordo com a entrevistada, se for feita uma lista de necessidades que crianças e adolescentes explorados sexualmente demandam do poder público, como “atendimento psicossocial, jurídico, reinserção familiar e comunitária, reinserção sócio-produtiva, etc.”, e além disso, “se for realizada uma “avaliação do que de fato está sendo ofertado pelo poder público, logo constataremos que ainda precisamos avançar muito para restauração destes direitos violados à luz do que dispõe o ECA¹⁹” Gadelha lembra ainda que, além de suprir a questão da “ausência de muitos destes programas/serviços”, é necessário “promover uma reestruturação dos sistemas de registro e notificação de denúncias x casos, de modo a que funcionem de forma mais articulada, como condição indispensável para o real dimensionamento do número de crianças e adolescentes explorados no Brasil” não só no turismo sexual, mas “nas diferentes modalidades.” (GADELHA, 2009).

¹⁷ KOSHIMA, K. Entrevista. CEDECA-BA. Salvador, 2007

¹⁸ GADELHA, G. Entrevista. Partners of Americas. Salvador, 2009.

¹⁹ Estatuto da Criança e do Adolescente



Para Gadelha(2009), “as ações que incluem o trabalho nesta área com empresas do setor do turismo nos parecem incipientes para a dimensão e gravidade do problema.” A entrevistada cita algumas ações, que em sua opinião, merecem ser destacadas positivamente, como o Programa Turismo Sustentável e Infância, além de “algumas ações de capacitação realizadas pela Universidade de Brasília, como o desenvolvimento do “Código de Conduta do Turismo Contra a Exploração Sexual”.

A questão da imagem turística do Brasil aparece como fator relevante para os entrevistados. Assim, Gadelha (2009)²⁰ informa que é “imperioso reconhecer a mudança de conceito em relação à criação de propagandas/anúncios sobre o turismo que no Brasil”. A entrevistada se refere à mudança de postura para promoção da imagem turística do Brasil pelo EMBRATUR internacionalmente, que passou a apresentar atributos ambientais e culturais do país, na tentativa de fuga do estereótipo associado às mulheres e sexo fácil. A socióloga revela que, apesar desta transformação ser necessária e positiva, não é suficiente: “há uma clara mudança de enfoque o que contribuiu, mas ainda não resolve o problema da desejada equação entre o turismo que só se preocupa em produzir riqueza e renda e o outro tipo de turismo que de forma sustentável consegue ter lucro respeitando suas crianças e adolescentes.”(GADELHA, 2009)

É possível notar a partir dos relatos feitos que há indivíduos e instituições mobilizados, envolvidos desde uma esfera geral acerca de crianças e adolescentes até questões mais específicas. No entanto, estas ações ainda se mostram completamente insuficientes para o tratamento destas questões bem como nota-se a necessidade de articulação entre setores envolvidos no enfrentamento do problema.

6. Considerações Finais

Ainda que diversos aspectos do turismo e o comércio sexual sejam timidamente tratados no Brasil, em virtude de amplas discussões internacionais sobre os impactos nefastos da escpa para as sociedades, o tema passou, nos últimos anos, a participar da agenda de interesses

²⁰ GADELHA, G. Entrevista. Partners of Americas. Salvador, 2009.



internacionais, onde diversas organizações (governamentais e não governamentais) definem e financiam pesquisas e projetos que contribuam para uma melhor compreensão desta realidade e sustentem possíveis alternativas de minimização ou erradicação da exploração do trabalho infantil no mercado de sexo.

O desenvolvimento de políticas públicas que levem a ações mais efetivas e enfrentativas depende da confirmação da gravidade do problema, da transformação do olhar da sociedade e do Estado acerca da questão. Se não há nem mesmo um dimensionamento da realidade tratada, ou os números registrados por meio de denúncias não correspondem à percepção e constatação dos profissionais e pesquisadores especializados no tema, há que se entender melhor a realidade da exploração sexual e do turismo sexual que envolve crianças e adolescentes. Se a questão remonta a práticas desenvolvidas internamente na sociedade brasileira, começando com a violência doméstica, para as quais a sociedade e o Estado se empenham pouco para seu efetivo combate, que dizer das ações que envolvem o turismo sexual, ainda que com crianças e adolescentes, que trazem divisas para o País? Esta percepção parece estar conectada com a ausência de denúncias, indicando que não estaria incomodando ninguém. Se não incomoda, por que denunciar?

Enquanto os meios de hospedagem, o Ministério do Turismo e toda a rede de turismo comemoram quando é registrado um aumento no fluxo de turismo no país (doméstico e internacional), pouco se sabe sobre o comportamento desses turistas, há pouca preocupação no controle de suas ações. Além disso, enquanto existirem (e.g.) adultos que se hospedam em hotéis, pousadas etc., acompanhados de crianças e sem a apresentação de documentação que comprove a responsabilidade ou parentesco, significa que ainda existem lacunas nas formas de controle da rede de turismo, das organizações e pessoas que o compõem.

Os recorrentes relatos de representantes de instituições e de especialistas sobre a entrada de crianças e adolescentes na realidade do turismo sexual e da exploração sexual por questões de sobrevivência reforça mais uma das consequências da existência de dilemas estruturais não tratados, como pobreza e violência. E se a realidade do turismo sexual e da exploração sexual insere-se no contexto maior da violência e da pobreza (dentre outros), como tratar de questões tão profundas somente com base na implantação de políticas públicas e programas que visam à



mobilização da rede de turismo e da sociedade apenas uma vez por ano, e de participação voluntária, como no caso do Programa Turismo Sustentável e Infância, ou dos seminários e encontros anuais realizados em virtude do dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate à Violência Sexual? Não há a intenção de desmerecer estes eventos, pois são responsáveis pela continuidade das discussões sobre estes temas, mas claramente não são suficientes para uma mobilização maior da sociedade e do Estado para que estes problemas sejam efetivamente combatidos. Indo para camadas mais profundas da realidade nacional, a verificação empírica apontou uma convergência com o quadro teórico construído mostrando que o problema é estrutural e só pode ser explicado olhando-se a construção histórica do Brasil onde alguns problemas parecem não existir e isso tanto do ponto de vista do Estado como da Sociedade, ainda que esforços sejam feitos por ambas as esferas, mas esforços feitos “no vazio”. A efetiva existência da questão bem como a mobilização e os poucos resultados concretos para seu enfrentamento indica o estágio civilizatório da nação brasileira.

Referências

- BANDUCCI JR, A . BARRETO, M. (orgs) *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- BEM, A. S. *A dialética do Turismo Sexual*. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe*. Relatório Final. Brasil, 2002.
- ESPINHEIRA, G. *Exploração sexual: estigma e simulação*. Salvador: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan, 1998.
- LEAL, Maria Lúcia Pinto. *Tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: uma abordagem crítica sobre o fenômeno* Disponível em www.andi.org.br. Acesso em 19 de abril de 2011.
- O'DONNELL, G. *Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais*. Novos Estudos. CEBRAP. N.º 36. Julho de 1993.
- PINHO, J. ;MARQUEZ, A.; COELHO, I.; SANTANA, M. *Exploração sexual de crianças e adolescentes em Salvador: limites e possibilidades do CEDECA-BA*. In: TENÓRIO, F. BARBOSA, L. O setor turístico versus a exploração sexual na infância e na adolescência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- RELATORIO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH). *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (2010). Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em 20 de abril de 2013.



SANTOS, W. G. *Fronteiras do Estado mínimo – Indagações sobre o híbrido institucional brasileiro*. In: Razões da Desordem. Rio de Janeiro. Rocco. 1993.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Relatório do Disque Denúncia Nacional – 100*. Brasília, 2009 - 2010.

WILLIAMS, Erica L. *Anxious pleasures: race and sexual economies of transnational tourism in Salvador, Brazil*. Tese de Doutorado. Califórnia, EUA: Stanford University, 2009.

Recebido em: 30/08/2013

Aprovado em: 01/04/2014